

O espelho do Congresso: comissões deficientes

MARIA LIMA
Da Editoria de Política

Um cidadão comum de Belém do Pará ou Uru-guiana, distante mais de dois mil quilômetros da estrutura de poder concentrada em Brasília, certamente guarda na cabeça uma imagem quase imaculada do Poder Legislativo, como mais forte instituição responsável pela defesa de seus direitos. Mas se este cidadão se aproximar um pouco do Congresso Nacional e conhecer minúcias da sistemática de condução do Legislativo, inevitavelmente ele substituirá a impressão anterior. Ao constatar que nem tudo funciona como deveria ou imaginava, pode até se decepcionar.

A falta de efeitos práticos e o fraco desempenho das 20 comissões técnicas hoje existentes na Câmara, e das 18 do Senado, são um forte dado desalentador. No Congresso Nacional todos os 479 deputados e 69 senadores são obrigados a participar de uma destas comissões, que representam a única instância onde é possível se aprofundar o debate sobre problemas sociais e todas as questões de competência dos parlamentares. Teoricamente, o Poder Legislativo ideal de um regime democrático deveria ser o espelho dos trabalhos quase ocultos destas comissões.

Quase descrente sobre a validade prática dos trabalhos das comissões, o deputado Márcio Santilli (PMDB/SP) — membro da Comissão de Relações Exteriores e da Comissão do Índio — revela que, infelizmente, esta não tem sido a prática usual do Legislativo Brasileiro. Trazendo em sua estrutura de funcionamento muitos vícios do regime autoritário, ele diz que embora tenha havido avanços, o trabalho das comissões ainda está muito aquém do desejável.

Um dos males crônicos que ataca o bom andamento de todos os setores do Legislativo, é mais uma vez, a falta de assiduidade parlamentar, sem falar no comportamento dos políticos com interesses particulares ou de uns poucos grupos. Para que esta situação se reverta, Santilli frisa

A Arena mudou toda comissão para processar Moreira Alves, mas o plenário não cedeu. Costa e Silva reagiu então com o AI-5

que é necessário um processo de mudança de mentalidade entre os próprios parlamentares.

Este trabalho de conscientização, de certa forma, vem sendo exercido com sucesso dentro da Comissão de Relações Exteriores da Câmara por um jovem grupo de parlamentares que atravessam seu primeiro mandato na casa. Ainda com a cabeça fervilhando de idéias e cheio de expectativas quanto a atuação parlamentar que idealizava, Santilli lembra que quando chegou à Câmara, em 1982, escolheu, para trabalhar, junto com vários colegas também iniciantes, a Comissão de Relações Exteriores.

As decepções vieram cedo. A Comissão era totalmente comandada por um grupo de velhos pedessistas, ainda muito comprometido com os vícios do governo anterior. O deputado

Márcio Santilli conta que chegou a ser eleito para a presidência da Comissão, mas não resistiu a um acordo fechado pelo PDS com algumas alas do PMDB, e foi derrubado. "Meu primeiro ano na Comissão de Relações Exteriores — lembra — foi marcado por uma gestão muito fraca. Eu e meus colegas mais novos dançávamos bonito. Nós não conhecíamos o regimento direito e os mais velhos nos driblavam em tudo".

O que menos se fazia na Comissão, segundo Santilli, era política. Nesta época, a comissão era famosa e muito cobçada pelas mordomias que proporcionava aos menos interessados em trabalhar de verdade. Por ali circulavam sempre "figurões", e o lobby era quase que institucionalizado. Mas a atuação do novo grupo parlamentar diante deste arcabouço, acabou rendendo bons resultados. Hoje, garante Santilli, a Comissão tem um comportamento muito regular, com a realização de até três sessões por semana. Apesar desta nova geração nunca ter chegado à direção da Comissão de Relações Exteriores, outra grande conquista foi que se começou novamente a fazer política, derrubando os lobbies, o que vem dando um novo perfil à Comissão de Relações Exteriores.

TRAFICO DE INFLUÊNCIA

E de competência desta comissão, entre outras atribuições, participar da tomada de medidas relativas ao serviço diplomático, tratados, acordos e convênios internacionais, além de conferências e congressos realizados no estrangeiro. Tudo isso carregava para a comissão um tráfico de influência muito grande, sem falar nas mordomias e viagens internacionais proporcionadas a alguns de seus integrantes, geralmente aos membros da direção. Por oferecer tantos benefícios, era praxe dos antigos presidentes da Câmara, ocupar a direção do órgão quando, venciam suas funções na Presidência da casa. O deputado Flávio Marinho (PDS/CE), por exemplo, foi presidente da Comissão de Relações Exteriores durante nada menos que quatro legislaturas.

Do ponto de vista de importância de suas atribuições, tanto na Câmara como no Senado, as comissões mais atuantes, em termos de volume de trabalho são as de Constituição e Justiça, Finanças e Economia. Por estas três comissões, obrigatoriamente, passam quase todos os projetos aprovados no Congresso Nacional. A Comissão de Constituição e Justiça compete opinar sobre o aspecto constitucional, legal e jurídico de todas as matérias que tramitam no Legislativo.

Com exceção destas comissões, especificamente técnicas, que deverão se debruçar em cima de pareceres sobre os projetos em andamento, as demais não possuem ainda um cronograma ou planejamento de trabalho para este ano de 1986. Isto porque está findando a gestão anterior e os novos presidentes só serão eleitos no próximo dia 10 de abril. A escolha dos integrantes e presidentes destas comissões é feita unicamente através de critérios políticos e de representatividade partidária nas duas casas do Legislativo.

Aos três maiores partidos — PMDB, PFL e PDS respectivamente — deverá caber o maior número de comissões. Pelo regimento, nenhum dos demais pequenos partidos teria representatividade para dirigir uma das comissões técnicas, mas mediante acordo

com as lideranças, o PT, PDT, e PTB ocuparão, cada um a presidência de uma comissão.

COMISSÃO DO DF

No Senado, apesar de o número de parlamentares ser bem inferiores ao da Câmara, está em funcionamento quase o mesmo número de comissões técnicas permanentes. Mas sem entrar no mérito da qualidade do trabalho desenvolvido, é ali, sem dúvida, que funcionam as comissões de maior importância do Legislativo. E de exclusiva competência das comissões de Relações Exteriores e de Economia do Senado, por exemplo, a aprovação de pedidos de empréstimos externos e internos, qualquer tipo de acordo internacional e a aprovação de novos embaixadores representantes do Brasil no Estrangeiro.

Em decorrência da falta de representação política no Distrito Federal até agora, e da inexistência de uma Câmara de Vereadores, é a Comissão do Distrito Federal, só existente no Senado, que legisla sobre toda a administração de Brasília. Até a indicação do nome do governador da capital tem de passar pelo crivo desta comissão. Por outro lado, existem também outras comissões no Senado totalmente dispensáveis, pela ineficácia de seus trabalhos. A Comissão dos Municípios é uma delas. Criada pelo senador Lomanto Júnior (PDS/BA) em 1982, ela na verdade nunca funcionou como deveria. Nestes anos todos, pouca coisa se fez além dos depoimentos de alguns prefeitos balanos.

FATO HISTÓRICO

Se por um lado a história

Márcio Santilli entende que a transformação do Congresso vai exigir uma mudança de mentalidade entre os parlamentares

destas comissões da Câmara e Senado é pobre em termos de realizações, por outro ela se revela rica em fatos políticos e acontecimentos pitorescos. Um dos fatos mais importantes lembrado pelos políticos mais antigos, aconteceu na Comissão de Constituição e Justiça, em 1968, e acabou motivando a edição do Ato Institucional nº 5 pelo então presidente Costa e Silva.

Nos primeiros dias de dezembro de 68, deu entrada na Comissão um pedido do presidente Costa e Silva para que a Câmara concedesse licença a fim de que o deputado Márcio Moreira Alves (MDB/RJ) viesse a ser processado com base na Lei de Segurança Nacional, por ter proferido a Tribuna supostas ofensas às Forças Armadas. O presidente da comissão na época era o deputado Arruda Câmara (Arena/PE), que destinou a matéria para ser relatada pelo deputado Djalma Marinho (Arena/RN). Depois de analisar o pedido presidencial, a comissão elaborou um parecer rejeitando a concessão da licença, aprovado quase que por unanimidade pelos demais integrantes.

O então líder da Arena, Geraldo Freire (MG), inconformado com o parecer elaborado pela sua bancada, resolveu substituir todos os deputados "rebelde". Com a ajuda de deputados "fiéis" na comissão, foi revista a decisão e apro-

vado o pedido do presidente Costa e Silva. Mas o plenário manteve a decisão anterior da rejeição. O ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, foi um dos que votou pela rejeição da licença para punição do então deputado emedebista.

Toda esta polêmica iniciada na Comissão de Relações Exteriores instalou um clima de tensão e revolta no Congresso Nacional. No dia 13, finalmente, o presidente Costa e Silva decretou o AI-5, que culminou com o fechamento da Câmara e Senado e a cassação de centenas de parlamentares em todo is.

SUSTO

Em vias de ser transfor-

Juruna pensou que poderia presidir a Comissão do Índio para sempre. Foi substituído e acabou em prantos

mada em Comissão dos Direitos Humanos, a recém-criada Comissão do Índio também traz em sua história alguns acontecimentos interessantes, menos tristes, mas igualmente dramáticos. Um deles foi o seqüestro seguido de ameaça de morte a parte dos integrantes da Comissão, pelos índios mato-grossenses Kayabís e Apiakás, no ano passado. O seqüestro aconteceu quando a Comissão se deslocou para a área de conflito dos índios com fazendeiros e técnicos que construíram uma hidrelétrica na região de Juara, ao norte de Mato Grosso.

Gilson de Barros (PDT/MT) e Mário Juruna (PDT/RJ) foram dois dos parlamentares seqüestrados. Eles chegaram ao local em três aviões, levando na delegação uma equipe de TV e funcionários da Funai. Nem a presença do índio xavante Juruna acalmou a ira dos Apiakás, que danificaram os três aviões com tiros de espingarda, depois de aprisioná-los. O deputado Gilson de Barros conta que viveram momentos dramáticos, até que resolveu aplicar "o golpe da promessa", para ganhar a confiança dos índios.

— Eu prometi então — lembra — que levaria-mos até lá o presidente da República para resolver o conflito. Enquanto eles se reuniram em outro local para discutir a proposta, aproveitamos para entrar nos aviões e retornar a Cuiabá.

Outro fato pitoresco que marcou a existência da Comissão do Índio foi a despedida do deputado Mário Juruna da presidência do órgão, no ano passado, quando foi substituído por Arildo Telles (PDT/RJ). Por ter sido o autor da proposição que motivou a criação da Comissão em 1983, Juruna achava que tinha o direito de presidi-la indefinidamente. No dia da transmissão do cargo ao novo presidente, os funcionários da Comissão contam que Juruna, muito emocionado, saiu chorando da solenidade.

NOVAS COMISSÕES

Com a transformação da Comissão do Índio em Comissão de Direitos Humanos, serão criadas mais três subcomissões: das mulheres, do negro e do índio. Além destas, serão criadas ainda a Comissão da Previdência Social e do Desenvolvimento Urbano, todas na Câmara dos Deputados.